

DECLARAÇÃO ANEXO II

(alínea a) do n.º 1, do artigo 81º, DO Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro)

1 – Hermínia Isabel Ventura Guerreiro Baptista Lopes, titular do cartão de cidadão n.º 02064084 6 ZZ4, residente na Rua Mário Barata da Cruz 2 3.ºC 2720-369 Amadora e Ricardo Jorge Guerreiro Baptista Lopes, titular do cartão de cidadão n.º 11531746 8 ZY5, residente na Avenida Rio de Janeiro, 9 – 1º Esquerdo em Lisboa, na qualidade de representante legal da Âncora Editora, adjudicatário no procedimento n.º PF 210/2016, declara sob compromisso de honra, que a sua representada:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa, por falta grave em matéria profissional ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos;
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
- e) Não foi objeto de aplicação, há pelo menos de 2 (dois) anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças de procedimento.

2 – O declarante indica como endereço o sítio da internet onde podem ser consultados os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos:

3 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a



aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2016

Herminia Vaqueiros Lopes